



**APS** | Administração  
dos Portos de Sines  
e do Algarve S.A.

# **RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2015**

Versão revista aprovada em reunião do  
Conselho de Administração de 4 de agosto  
de 2016

## RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2015

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2015

### ÍNDICE

I. SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO).....	3
II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	4
III. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	8
IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	9
V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	11
A. Mesa da Assembleia Geral .....	11
B. Administração e Supervisão .....	12
C. Fiscalização .....	21
D. Revisor Oficial de Contas (ROC) .....	30
E. Auditor Externo.....	31
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	32
A. Estatutos e Comunicações.....	32
B. Controlo interno e gestão de riscos .....	33
C. Regulamentos e Códigos .....	36
D. Deveres especiais de informação.....	40
E. Sítio da Internet .....	41
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável) .....	42
VII. REMUNERAÇÕES.....	43
A. Competência para a Determinação .....	43
B. Comissão de Fixação de Remunerações.....	44
C. Estrutura das Remunerações.....	44
D. Divulgação das Remunerações .....	46
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS.....	49
IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL.....	51
X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	56
XI. ANEXOS DO RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	59

## **I. SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)**

O presente relatório apresenta as boas práticas de governo societário, conforme previsto pelo artigo 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, incluindo a informação relativa ao ano de 2015 sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II – Princípios de Governo Societário do mesmo diploma. De acordo com a orientação expressa pelo acionista através do ofício circular nº 712/2015 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 12 de Fevereiro, constitui-se como um relatório autónomo a apresentar à Assembleia-geral da empresa em 2016 e segue as instruções emitidas pela UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial ao abrigo do número 10 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e divulgadas no seu portal da internet.

O ano de 2015 correspondeu ao primeiro exercício completo depois da publicação do DL nº 144/2014, de 20 de março, que integrou os portos de Faro e de Portimão no âmbito de gestão da então redenominada APS – Administração do Porto de Sines, SA (APS). Tratou-se de uma mudança estrutural com repercussão em todas as áreas da empresa, seja em termos financeiros e de gestão de áreas dominiais, seja em áreas como os sistemas de informação, a gestão de recursos humanos, a manutenção de infraestruturas, a exploração e a segurança portuária.

Foi um ano em que mais uma vez se atingiram novos máximos de movimentação de mercadorias no porto de Sines que atingiu 44 milhões de toneladas em 2015, representando um aumento de 17% face a 2014. Para este resultado contribuíram os acréscimos de movimentação verificados em todos os segmentos de carga. Relativamente aos portos comerciais de Faro e de Portimão registaram-se aumentos de 7,9% nas mercadorias movimentadas (Faro) e de 1,0% no tráfego de passageiros (Portimão).

O crescimento da atividade teve expressão direta nos resultados da empresa e o exercício encerrou com um resultado líquido positivo de aproximadamente 16,7 milhões de euros. Por sua vez, o resultado operacional antes de depreciações, juros e impostos (EBITDA ajustado) atingiu 26,5 milhões de euros, mais 16,4% do que em 2014.

Em termos das boas regras de governação considera-se que a empresa cumpriu genericamente em 2015 todas as obrigações a que se encontrava sujeita, conforme explicitado nos vários pontos do presente relatório. Nos casos pontuais em que algum dos princípios de Governo Societário não foi cumprido, total ou parcialmente, é apresentada justificação para esse facto.

Este cumprimento aconteceu quer em termos das obrigações de divulgação, através do seu portal na internet de acesso universal ou dos portais específicos da entidades a quem está obrigada a prestar contas, quer em termos do comportamento da empresa e dos seus órgãos sociais em matérias como a transparência e prevenção de conflitos de interesse. Adicionalmente, a empresa dispõe desde há alguns anos um Código de Ética e de Conduta bem como um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*.

Durante o ano de 2015, a empresa continuou a respeitar e a aprofundar os seus compromissos em termos sociais e ambientais.

Para além do seu papel como um dos principais empregadores da região e como fonte de valor acrescentado em termos regionais e nacionais, a empresa continuou a apostar na formação do seu capital humano e na conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos

seus trabalhadores, acreditando que tal caminho será também gerador de aumentos de produtividade. A empresa tem igualmente em vigor o Plano para a Igualdade Género 2014/2017.

Em termos ambientais, será de destacar o investimento em equipamento de proteção e combate a acidentes em qualquer dos portos sob a sua jurisdição, bem como a contínua monitorização da qualidade das águas, do ar e das areias que vem proporcionado a manutenção do galardão da Bandeira Azul na Praia Vasco da Gama e no Porto de Recreio de Sines e, principalmente, a Certificação Ambiental do Porto de Sines segundo a norma ISO 14001:2004.

## **II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS**

### **1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

De acordo com os seus estatutos e com as alterações decorrentes do DL 44/2014, de 20 de março, a APS passou a ter por objeto a administração dos Portos de Sines, de Faro e de Portimão, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, a APS assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

A alteração estrutural mencionada obrigou à redefinição da missão e da visão da empresa e de cada um dos portos que a integram, matéria que é parte integrante do novo Plano Estratégico adjudicado e iniciado em 2015. Embora este documento não tenha ficado totalmente concluído e aprovado neste exercício, considera-se que a nova definição de missão e visão se encontra já assumida pela empresa e comporta o necessário alargamento aos portos do Algarve, conforme se segue:

#### **MISSÃO:**

Exercer a função de autoridade portuária e contribuir para a competitividade dos seus clientes através da prestação de serviços eficientes e sustentáveis de transporte marítimo, transporte terrestre e serviços logísticos, capitalizando os elementos diferenciadores das infraestruturas portuárias de Sines e do Algarve.

#### **VISÃO:**

Afirmar o porto de Sines como ativo estratégico para o transporte de mercadorias à escala ibérica e para o *transhipment* à escala global, assumindo-se simultaneamente como um motor de desenvolvimento logístico e industrial, e posicionar os portos de Faro e Portimão como infraestruturas ao serviço da economia regional.

De igual forma foi sistematizado o conjunto de valores que constitui a cultura da organização:

VALORES	IMPLEMENTAÇÃO
<b>ESTRUTURAIS</b>	
Ética	Fomentando a gestão dos portos segundo critérios de transparência e igualdade de oportunidades. Utilizando procedimentos rigorosos, certificações e tarifas tabeladas. Desenvolvendo o capital humano dos portos contando com a integridade profissional de todos os seus trabalhadores. Aplicando o princípio de igualdade de género em todas as estruturas e âmbitos de atuação da APS.
Responsabilidade social corporativa (CSR)	Mostrando um compromisso social com a(s) cidade(s) e a(s) envolvente(s) socioeconómica(s) do(s) porto(s). Participando ativamente em ações e programas de melhoria social. Assumindo uma atitude proactiva de implementação de políticas de higiene e segurança no trabalho (para além das obrigações legais).
Responsabilidade ambiental	Assumindo uma atitude proactiva de proteção ambiental. Respeitando e cuidando a envolvente natural e ambiental dos portos, em particular as praias e áreas classificadas. Contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Promovendo a utilização de energias renováveis.
Servir o cliente com elevada qualidade	Aumentando a capacidade de resposta às necessidades dos clientes, mantendo o uso eficiente dos recursos disponíveis.
Vocação de Serviço Público	Procurando o benefício económico-social e gerando atividade pública eficaz e eficiente, sem se guiar (exclusivamente) pelo objetivo do lucro.
Rigor profissional	Envolvendo em todas as áreas profissionais muito qualificados.
<b>INSTRUMENTAIS</b>	
Liderança	Ambicionando ser exemplo e referência a nível internacional. Fomentando a iniciativa profissional para o crescimento de cada porto e das suas atividades.
Imagem corporativa sólida	Trabalhando com a comunidade portuária e económica das regiões onde se insere de forma profissional e promovendo o seu desenvolvimento através de serviços de excelência. Contando com o apoio dos municípios, das Câmaras de Comércio, dos partidos políticos e das regiões.
Boas relações institucionais	Coordenando com todas as Administrações Públicas e Entidades relacionadas com a gestão de cada porto zelando pelo cumprimento estrito das normas estabelecidas e aplicação das melhores práticas.
Boas relações com os restantes portos nacionais	Promovendo a complementaridade com eles, nomeadamente com os portos de Lisboa e Leixões. Promovendo a cooperação e a busca de benefícios comuns para o sistema portuário
Contribuição para o desenvolvimento da comunidade envolvente e integração Porto/Cidade	Dinamizando a atividade económica nos municípios e regiões em que se insere.
Compromisso com clientes	Prestando um serviço de qualidade a preços competitivos. Assegurando uma faturação clara e o apoio ao cliente.
Compromisso com fornecedores	Garantindo pontualidade no pagamento das faturas.

**2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro), designadamente:**

**a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;**

Encontrando-se ainda por definir os objetivos previstos no art.º 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, o enquadramento mais recente é o que resulta do Anexo I ao Contrato de Gestão para o mandato 2008-2010 onde se define um conjunto de orientações estratégicas específicas e de objetivos de gestão.

Essas orientações estratégicas, em grande parte coincidentes com os objetivos do anterior Plano Estratégico da APS, que entrou em vigor em 2003, eram as seguintes:

- Consolidação do modelo de gestão *Landlord Port*;
- Desenvolver a infraestrutura portuária;
- Aumentar a segurança marítima e portuária;

- Consolidação do saneamento financeiro da empresa.

O novo Plano Estratégico definirá um conjunto de novas orientações que terão de ser futuramente confrontadas e eventualmente adaptadas ao conteúdo dos objetivos previstos no mencionado art.º 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, ou de outras orientações estratégicas que venham a ser emanadas pela tutela.

**b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar;**

Considera-se que, globalmente, se encontram cumpridas as orientações estratégicas mencionadas no ponto anterior, bem como um conjunto de outros objetivos definidos no anterior Plano Estratégico:

- O equilíbrio e sustentabilidade financeira da empresa encontram-se assegurados. A empresa apresenta resultados positivos desde 2005 e os meios gerados pela sua exploração, conjuntamente com o encaixe proporcionado pela alienação dos equipamentos ligados à concessão do Terminal de Granéis Líquidos em 2008, permitiram liquidar antecipadamente a totalidade do passivo bancário da empresa e autofinanciar em grande parte novos investimentos de elevada dimensão e valor, como a 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste;
- A mencionada concessão do serviço público de movimentação de mercadorias no Terminal de Granéis Líquidos, que permitiu a plena adoção ao nível dos terminais de mercadorias do modelo de gestão *LandLord Port*, restando o porto de recreio como única infraestrutura operada diretamente pela autoridade portuária;
- A consolidação das operações no TXXI, que tem crescido sustentadamente ano após ano e que em 2015 ultrapassou 1,3 milhões de TEU movimentados;
- A implementação da Janela Única Portuária, que permitiu um novo patamar de simplificação e agilização de procedimentos ao nível do que se pratica nos melhores portos do mundo, nomeadamente no que respeita ao despacho eletrónico de todas as autoridades e que evolui atualmente para o conceito de Janela Única Logística com a extensão aos agentes ligados aos modos ferroviário e rodoviário;
- A ZAL Sines em operação e que após a sua infraestruturação tem vindo a ser ocupada por empresas de logística e serviços;
- A permuta de terrenos entre a APS e a Câmara Municipal de Sines, que formulou uma nova área de jurisdição, tornada efetiva com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de julho, e que permitirá o crescimento harmonioso do porto e da cidade sem constrangimentos;
- Os grandes desafios identificados foram assim ultrapassados e permitiram posicionar o porto num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos. É atualmente fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de



articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis e de ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

- Neste novo patamar de desenvolvimento do porto, importa compreender e sistematizar adequadamente as grandes tendências de evolução, os impactos nos tráfegos e nos transportes, e definir corretamente as ações a desenvolver para maximizar os benefícios que o Porto de Sines pode aportar à economia nacional.

Tais desafios, aliados ao alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos de Faro e de Portimão, impõem a elaboração do novo Plano Estratégico, já referido, o qual permitirá ter um instrumento de gestão atualizado definidor do rumo a seguir, de forma segura e sustentável, para estes ativos estratégicos nacionais.

Especificamente em relação ao exercício de 2015 e não se encontrando ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, efetua-se no ponto 1 do Capítulo VIII deste documento a avaliação quantificada do cumprimento dos objetivos de gestão por comparação com as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

### **3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa;**

Os resultados da APS como autoridade portuária e como reguladora e gestora da respetiva área de jurisdição dependem em primeira análise do nível da atividade desenvolvida nos portos enquadrados nessa jurisdição. Este nível de atividade, por sua vez, e como decorre da natureza de porto inserido numa importante área industrial e logística, como é o caso de Sines, ou de apoio a atividades económicas de âmbito regional, como é o caso dos portos do Algarve, é diretamente influenciado pelo desempenho da economia.

No entanto, e tal como tem acontecido com outros portos nacionais, a atividade portuária em Sines tem apresentado crescimentos expressivos e contínuos mesmo em anos de estagnação ou recessão económica no país. Tal acontece certamente como reflexo do adequado posicionamento do porto no mercado mundial de transporte de mercadorias por via marítima e das excelentes condições oferecidas quer em termos de infraestruturas quer em termos da produtividade e fiabilidade asseguradas pelos concessionários dos diversos terminais. Acontece, igualmente, pelo reflexo de importantes investimentos recentemente efetuados na área industrial de Sines com um peso marcante nas exportações nacionais.

Em contrapartida, como infraestrutura estratégica de abastecimento energético do país, a atividade do porto estará também sempre condicionada pelas opções tomadas em termos de política energética e da primazia dada à utilização de determinadas matérias-primas ou fontes energéticas em detrimento de outras como resposta a fatores como o preço, condicionalismos de ordem geopolítica ou condições climatéricas, como meros exemplos.

O clima de paz social no porto, que tem sido possível conseguir e que é sempre uma prioridade para uma autoridade portuária, é outro fator determinante para os resultados da empresa.

A eficiente gestão dos recursos internos, permitindo encontrar o compromisso ideal entre a minimização dos custos de funcionamento e a manutenção dos níveis de operacionalidade e de segurança imprescindíveis para o eficiente funcionamento de uma infraestrutura como o Porto de Sines é outro fator da maior importância nos resultados obtidos. Ainda assim, será importante referir que a empresa se encontra atualmente a trabalhar no limite da capacidade dos recursos humanos disponíveis, sendo urgente o alargamento e rejuvenescimento do seu quadro de pessoal para que a empresa possa responder eficazmente ao aumento e diversificação da sua atividade.

Acrescem as adequadas opções ao nível do investimento, nomeadamente ao nível do investimento público obrigatório e complementar para a viabilização do investimento dos agentes económicos privados que operam no porto, e das condições encontradas para o seu financiamento, onde será fundamental a empresa continuar a incorporar os meios necessários para que o mesmo seja efetuado com capitais próprios ou continuar a encontrar nos subsídios comunitários ou nacionais as fontes de financiamento que permitam não colocar em causa o seu equilíbrio financeiro.

No que se refere aos portos do Algarve, relativamente aos quais a empresa herdou uma exploração muito deficitária, o desafio passa essencialmente por inverter ou minimizar essa situação, assegurando simultaneamente a existência de benefícios relevantes para a economia regional. Por outro lado, seja por o nível da atividade atual se encontrar próximo da capacidade existente, como é o caso de Faro, seja pela necessidade de melhorar significativamente as condições operacionais, como acontece nos dois portos, o desejável crescimento da atividade só poderá ser conseguido com a realização de importantes investimentos, impondo-se previamente à decisão sobre a implementação dos mesmos a realização dos imprescindíveis estudos sobre a sua viabilidade técnica, sobre a existência de um efetivo potencial de procura ao nível de mercadorias e de passageiros e a realização da imprescindível avaliação custo-benefício.

- 4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

A exemplo dos objetivos previstos no art.º 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, também as políticas e orientações setoriais previstas no nº 4 do art.º 39º do mesmo diploma aguardam ainda definição da tutela setorial.

Noutro domínio os investimentos previstos no Plano de Atividades e Orçamento anual respeitam as indicações tutelares para além de darem resposta às necessidades operacionais e de segurança dos portos sob administração da empresa.

### **III. ESTRUTURA DE CAPITAL**

- 1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**



A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, o qual foi subsequentemente aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

**2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações;**

Não se verificam, de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da APS.

**3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições;**

Não existem acordos parassociais do conhecimento da empresa.

**IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS**

**1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas<sup>1</sup> noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação (vide n.º 1, alíneas a) e b) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

Empresa:

A APS participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

SEDE: Rua 24 de julho nº 1 - 7000-171 Évora

PARTICIPAÇÃO 2014: 3,6% do Capital Social (499.000€) no montante de 17.957€;  
PARTICIPAÇÃO 2013: 3,6% do Capital Social (499.000€) no montante de 17.957€.

CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 644.608€; CAPITAIS PRÓPRIOS 2013: 644.800€

RESULTADO LÍQUIDO 2014: -96.999€; RESULTADO LÍQUIDO 2013: 2.323€

Nota: As contas referentes ao exercício de 2015 não foram apresentadas até à data de elaboração deste documento, logo os valores expostos dizem respeito às contas do exercício de 2014.

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72€ e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010.

AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

SEDE: BlueBiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

PARTICIPAÇÃO 2015: 2,15% do Capital Social (20.186.305€) no montante de 434.265€  
PARTICIPAÇÃO 2014: 2,15% do Capital Social (20.186.305€) no montante de 434.265€

CAPITAIS PRÓPRIOS 2015: 27.347.959€; CAPITAIS PRÓPRIOS 2014: 28.020.607€

RESULTADO LÍQUIDO 2015: 1.599.351€; RESULTADO LÍQUIDO 2014: 2.363.638€

1 - Vide artigo 245º-A als c) e d) e artigo 16º do CSC

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2015 REFERENTES EXERCÍCIO 2014: 48.306€; DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2014 REFERENTES EXERCÍCIO 2013: 47.954€

EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

SEDE: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

PARTICIPAÇÃO: 1,25% do Capital Social (4.000.000€) no montante de 50.000 €

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010. A EDAB foi liquidada em 2015 tendo a APS recuperado o investimento, e revertido a respetiva imparidade.

Membros dos Órgãos Sociais:

Apenas há a referir as participações do Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Pedro da Silva Soares, nas seguintes entidades:

- LEODOMUS RESTAURANTES, LDA. (NIF 506798178)

Sede: Rua Moinho da Porta, 32 - 8300-171 SILVES

Participação: 1,00% no montante de 200,00 €

- SEA BASS, LDA. (NIF 510207782)

Sede: Rua Infante D. Henrique, 211 - 8500-693 PORTIMÃO

Participação: 23,75% no montante de 3.562,50 €

- J.B.SILVA, LDA. (NIF 501262830)

Sede: Rua Cruz de Portugal, 10 - 8300-135 SILVES

Participação: 12,50% no montante de 625,00 €

Revisor Oficial de Contas:

A PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC SROC) é membro da rede mundial de firmas da PricewaterhouseCoopers, sendo que cada firma ópera de forma separada e independente. Todas as firmas que integram a rede PwC são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwC IL). Em Portugal para além da PwC SROC, operam ainda duas outras firmas-membro da rede PwC, designadamente a PricewaterhouseCoopers/AG - Assessoria de Gestão, Lda. e a PricewaterhouseCoopers /MFAS - Management, Finance & Accounting Services, Lda.

**2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide n.º 1, alínea c) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

A APS é membro das seguintes entidades de natureza associativa:

- APP – Associação dos Portos de Portugal
- APLOP – Associação dos Portos de Língua Portuguesa
- IAPH - International Association of Ports & Harbors
- IPCSA - International Port Community Systems Association
- MED CRUISE

- ETLA - Escola Tecnológica do Litoral Alentejano
- APQ - Associação Portuguesa da Qualidade
- PIANC - Associação Internacional de Navegação – Delegação Portuguesa
- Associação Bandeira Azul da Europa
- ADFERSIT - Associação Para o Desenvolvimento dos sistemas integrados de transportes
- CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral
- APTMCD - Associação Portuguesa Transporte Marítimo de Curta Distância
- APPR - Associação Portuguesa de Portos de Recreio
- AES - Associação Empresarial de Sines
- FAE - Fórum Administradores de Empresas
- Oceano XXI - Associação Conhecimento do Mar
- FEEM - Fórum Empresarial Economia do Mar
- ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento e Cooperação
- CCILC - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa
- SinesTecnopolo
- AIPQR – Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação
- Associação Comsines – Conselho das Comunidades de Sines

**3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC;**

Não aplicável, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da APS.

**4. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade;**

Não existem.

## **V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro). Desta forma, deve ser explicitada a composição dos seguintes órgãos:

### **A. Mesa da Assembleia Geral**

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou);

MANDATO (INÍCIO – FIM)	CARGO	NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL	
			FIXADA (€) <sup>(1)</sup>	BRUTO PAGO (€) <sup>(2)</sup>
2013.07.02/2015	Presidente	António Maldonado Gonelha	575,00	-
2013.07.02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00

Legenda: (1) – Valor da Senha de presença fixada; (2) – Antes de reduções remuneratórias

Nota: Em 17 de maio de 2011 a empresa tomou conhecimento da renúncia do Presidente da Mesa da Assembleia Geral à remuneração inerente a este cargo.

**2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias;**

Nada a assinalar, uma vez que o capital social é integralmente subscrito pelo Estado, conforme artigo 4.º dos estatutos da APS.

**B. Administração e Supervisão**

**1. Identificação do modelo de governo adotado;**

Conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º dos estatutos da APS a mesma dispõe dos seguintes Órgãos Sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) um Conselho de Administração, constituído por 3 membros, todos executivos;
- c) um Conselho Fiscal, constituído por 3 membros efetivos e 1 suplente;
- d) um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas.

**2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão;**

Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro) e artigo 5º dos estatutos da APS, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março.

**3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou);**

MANDATO (Início – Fim)	CARGO	DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE	REMUNERAÇÃO		OBSERVAÇÕES
				ENTIDADE PAGADORA	(O/D) <sup>(1)</sup>	
2013.06.25 /2015	Presidente: Dr. João Paulo Farinha Franco	DUE 24.06.2013	3	Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	n.a.	1ª nomeação em 6 de Abril de 2005 (Vogal do CA)
2013.06.25 /2015	Vogal: Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	DUE 24.06.2013	1	Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	n.a.	-
2013.06.25 /2015	Vogal: Dr. José Pedro da Silva Soares	DUE 24.06.2013	1	Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	n.a.	-

(1) O/D – Origem / Destino  
n.a. – não aplicável

- 4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes<sup>2</sup>, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

Todos os membros do C.A. são executivos. Não existe Conselho Geral e de Supervisão, conforme artigo 5.º dos estatutos da APS.

- 5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos nos últimos 5 anos (vide alínea j) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

**Presidente do Conselho de Administração - Dr. João Paulo Farinha Franco**

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1976);
- PADE - Programa de Alta Direcção de Empresas - Universidade de Navarra/Associação de Estudos Superiores de Empresas (1988/89);
- Curso de Defesa Nacional - Instituto de Defesa Nacional (1995/96).

**Atividade Profissional - Advogado / Gestor.**

**A partir de 25 de junho de 2013:**

2 A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção da análise ou de decisão.

- Presidente do Conselho de Administração da APS – Administração do Porto de Sines, S.A. desde 25 de junho de 2013, redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014;

**2005 a 2013:**

- Administrador da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., desde 23 de junho de 2005 até 24 de junho de 2013;

**2002 a 2005:**

- Presidente do Conselho de Administração da Transtejo, Transportes Tejo, S.A., desde 18 de junho de 2002 até 22 de junho de 2005;
- Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., desde 16 de julho de 2002 até 22 de junho de 2005;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial desde 8 de abril de 2003;
- Gerente da SAROS, Sociedade de Medição de Seguros, Lda. desde 1 de agosto de 2002 até 30 de junho de 2003;

**1995 a 2001:**

- Administrador da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. desde 23 janeiro 1995 até 31 agosto 2000;
- Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Cascais desde fevereiro 1998 até janeiro 2001;
- Administrador do Instituto Marítimo Portuário desde setembro 2000 até novembro 2001;
- Diretor Assessor da CCFL, S.A. desde novembro 2001;

**1992 a 1994:**

- Secretário-Geral do Conselho Económico Social (até setembro 1993);
- Administrador da Fernave, S.A.;
- Diretor do Contencioso da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Presidente do Conselho Fiscal da Ferconsult, S.A.;
- Vereador da Câmara Municipal de Cascais (1994-1997);

**1988 a 1992:**

- Administrador do Metropolitano de Lisboa, E.P.;

**1986 a 1988:**

- Assessor Jurídico do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional (até 1987);
- Vogal das Comissões Liquidatárias das Empresas CTM e CNN.;
- Presidente da Assembleia de Freguesia da Parede;



- Membro da Assembleia Municipal de Cascais;

**1982 a 1988:**

- Advogado em profissão liberal;

**1979 a 1982:**

- Advogado;
- Membro da Comissão Nacional de Eleições;
- Adjunto do Presidente da Assembleia da República (1980);
- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho (1981);
- Assessor Jurídico da CTM, E.P.;
- Diretor da Associação Portuguesa dos Armadores da Marinha Mercante;

**1976 a 1979:**

- Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais (1976);
- Monitor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa (1976/1977);  
Estágio de Advocacia;
- Cumprimento do serviço militar na Direção do Serviço de Justiça e Disciplina do Estado-maior do Exército e no Supremo Tribunal Militar.

**Vogal do Conselho de Administração – Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira**

**Habilitações Académicas:**

- Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações pela Universidade de Aveiro (1976 a 1981);
- Executive Master in Business Administration (eMBA) pela AESE/IESE (Universidad de Navarra) (setembro de 2008 a junho de 2010).

**Formação Profissional Especializada:**

- **Gestão de Projetos** - Instituto Superior de Gestão de Lisboa (novembro de 2000 a janeiro de 2001);
- **PAGE – Programa Avançado de Gestão para Executivos** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (janeiro a julho de 2005);
- **GE - Gestão Estratégica e Criação de Valor** - Faculdade de Ciências Económica e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (maio de 2007);
- **International Week AESE – EMBA Program** - Ross School of Business, Michigan, USA (junho de 2009);
- **Indian Economy and Management Practices** - Indian Institute of Management, Ahmedabad, Índia (setembro de 2009).

**Atividade Profissional:**

**A partir de 25 de junho de 2013:**

- Vogal Executivo do Conselho de Administração da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014;

**1 de novembro de 2011 a 24 de junho de 2013:**

- Diretor da Qualidade da Administração do Porto de Sines, S.A.;

**16 de setembro de 2009 a 31 de outubro de 2011:**

- Diretor Adjunto do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, S.A.;

**07 de maio de 2009 a 31 de agosto de 2009:**

- Administrador - Gestão estratégica da empresa Metalsines - Companhia de Vagões de Sines, SA;

**01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:**

- Administrador Delegado - Gestão estratégica e corrente da empresa Compelmada Internacional, SA;

**01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:**

- Diretor de Investimentos para a Área de Sines - Administração das sociedades ou participadas pela entidade patronal na Área de Sines - FTM Holdings, SGPS, SA;

**01 de julho de 2008 a 15 de setembro de 2009:**

- Presidente do Conselho Administrativo - Gestão estratégica e corrente da associação - CEMETRA - Centro de Medicina do Trabalho da Área de Sines;

**01 de fevereiro de 2006 a 30 de junho de 2008:**

- Diretor de Gestão de Concessões e Áreas Dominiais - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão da área dominial; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

**01 de fevereiro de 2003 a 31 de janeiro de 2006:**

- Diretor de Gestão de Concessões - Gestão dos contratos de concessão e licenciamentos; Gestão do porto de recreio; Negociação de novos contratos - Administração do Porto de Sines;

**1999 a 31 de janeiro de 2003:**

- Diretor de Projetos e Tecnologias - Coordenação dos estudos de modernização e ampliação de estruturas e equipamentos portuários; Realização de projetos nas especialidades de mecânica, eletricidade, automação e instrumentação; Fiscalização de contratos de empreitada e de fornecimento - Administração do Porto de Sines;

**1993 a 1998:**

- Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Direção do Terminal Petrolífero - Chefia de projetos de modernização das instalações elétricas e de instrumentação; Chefia do projeto de modernização do sistema de comando e controlo;

Coordenação dos estudos de modernização das instalações do Terminal -  
Administração do Porto de Sines;

**1992:**

- Chefe do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controlo do Terminal Petrolífero - Chefia do projeto de substituição integral do sistema de controlo distribuído do Terminal; Gestão do contrato de manutenção da instrumentação do Terminal - Administração do Porto de Sines;

**1990 a 1991:**

- Chefe do Serviço de Eletrónica e Telecomunicações - Chefia de diversos projetos de modernização de equipamentos e instalações do Terminal Coordenação do estudo de substituição do sistema de comando e controlo do Terminal Petrolífero - Administração do Porto de Sines;

**1981 a 1990:**

- Engenheiro / Chefe de Turno - Chefia de operação e manutenção de equipamentos de telecomunicações (feixes hertzianos, emissores de onda curta, etc.) na empresa Pro-Funk.

**Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Pedro da Silva Soares**

**Habilitações Académicas:**

- Bacharelato em Gestão pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2006;
- Licenciatura em Gestão no Ramo de Marketing pela Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) – 2007.

**Formação Profissional Especializada:**

- Curso de Formação Profissional “Marketing” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2002);
- Seminário Internacional “Empresa e Futuro – Século XXI e o Desafio de Pensar Diferente e Fazer Melhor!” - Universidade do Algarve – ESGHT – ANJE – Asheville Management Strategic Corporation (2003);
- Curso de Formação Profissional “Instrumentos de Financiamento” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2003);
- Seminário de Fiscalidade “A Tributação das Empresas” - Universidade do Algarve – ESGHT (2004);
- Seminário “Recomendações Estratégicas para as Organizações do Séc. XXI” - Universidade do Algarve – ESGHT (2005);
- Seminário “O Novo Código de Insolvência e Recuperação de Empresas” - ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários (2005);
- Conferência Internacional “Náutica Desportiva e de Lazer – Rotas de Afirmação” - Município de Portimão – CCDR Algarve – Turismo de Portugal/Algarve (2009);

- Conferência Internacional “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” - Município de Portimão – Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidades – POPH – QREN – União Europeia (2010);
- Conferência “Barcelona, História de uma Cidade que saltou do quase nada para a Primeira Divisão” - Município de Portimão (2012);
- VI CONGRESSO DA APLOP (Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa) - Associação dos Portos de Países de Língua Oficial Portuguesa (2012);
- Curso de Formação Profissional “PDE – Programa de Direção de Empresas” – AESE – Escola de Direção e Negócios (2014).

**Atividade Profissional:**

**A partir de 25 de junho de 2013:**

- Vogal executivo da APS - Administração do Porto de Sines, S.A., redenominada APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. desde 21 de Março de 2014;

**De junho de 2007 a 24 de junho de 2013:**

- Gestor de Projetos - Portimão Urbis, EM – Desenvolvimento e gestão de eventos desportivos, culturais e lazer; Desenvolvimento e promoção de produtos turísticos; Criação do Observatório do Turismo de Portimão; Promoção do Porto de Portimão; Responsabilidade de coordenar, com a autoridade portuária, o fluxo de passageiros e tráfego rodoviário; Coordenação e gestão dos transportes públicos e operações turísticas; Visitas a bordo dos navios para operações de charme, (opinion makers das companhias e relatores de escalas); Gestão de conflitos (armadores, agentes de navegação, autoridade portuária, logistas, entre outros stakeholders) com vista ao maior desempenho e criação de sinergias; Desenvolvimento de estratégias de crescimento para o porto no segmento cruzeiros; Acompanhamento dos estudos do LNEC, com vista ao plano de investimentos, (alargamento e desassoreamento aos -10m ZH do canal de navegação e bacia de rotação); Cooperação com os restantes portos nacionais, para o desenvolvimento da imagem e promoção internacional no segmento dos cruzeiros, sobre umbrela – Portos de Portugal; Cooperação com o IPTM, no Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC); Dinamização do terminal; Criação e gestão na rede social facebook, do perfil “Portos do Algarve” (no âmbito da promoção);

**2003 a 2007:**

- Diretor de Marketing - Grupo Propesca – Elaboração de planos de desenvolvimento estratégico; Liderança das equipas de vendas, marítimo-turísticas e comunicação; Relações com instituições e federações desportivas; Expansão das marcas tituladas; Internacionalização da marca registada “HIRO”.

6. Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);

As declarações em causa, que reportam para a data de início de mandato que é anterior à publicação do Decreto-Lei nº 133/2013, são incluídas no anexo 4. Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização.

Em 19 de julho de 2013, logo após a respetiva nomeação e ao abrigo do nº 9 do artº 22º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27/3, republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18/1, os membros do Conselho de Administração remeteram declarações análogas para o Tribunal Constitucional, para a Procuradoria-Geral da República e para a Inspeção-Geral de Finanças.

Adicionalmente no ponto 1 do capítulo III deste relatório identificam-se as participações sociais detidas por membros do órgão de administração. Ainda de referir que o Código de Ética e de Conduta da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-e-de-conduta/>) possui disposições específicas sobre a prevenção de conflitos de interesses aplicáveis a todos os colaboradores, incluindo os membros do órgão de administração.

- 7. Identificação das relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto;**

Nada a assinalar.

- 8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade;**

Presidente – Dr. João Paulo Farinha Franco

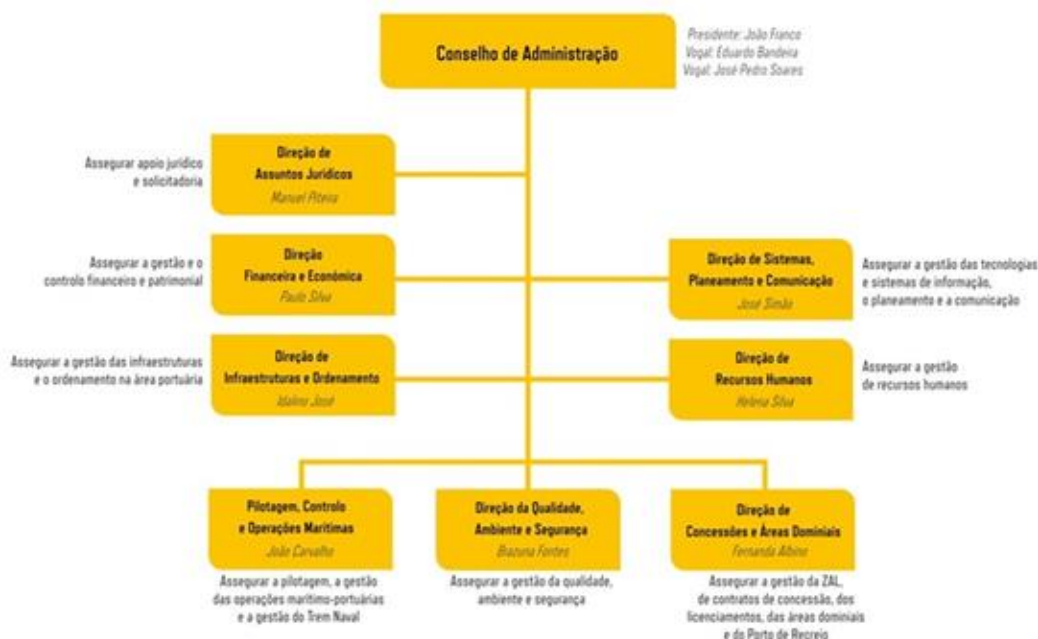
Representação externa da empresa e os pelouros financeiro, concessões e licenciamentos, jurídico e comunicação.

Vogal – Eng.º Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Os pelouros de pessoal, infraestruturas, operações marítimas e pilotagem.

Vogal – Dr. José Pedro da Silva Soares

Os pelouros dos sistemas de informação e planeamento, qualidade, ambiente e segurança e a articulação com os diversos intervenientes na integração dos portos de Faro e Portimão na APS.



Relativamente aos limites materiais da delegação de competências, estão resumidos na Tabela 002R6 do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) e são as seguintes:

#### Conselho de Administração

São competência, exclusiva, do Conselho de Administração: A encomenda de estudos e a aprovação de deslocações ao estrangeiro, aquisição de publicações periódicas, inserção de publicidade em quaisquer meios de comunicação e atribuição de subsídios, donativos ou patrocínios, bem como as relativas a cumprimento de obrigações legais e contratos de fornecimento de bens e serviços previamente aprovados em CA, independentemente do valor, cuja autorização se compreende no âmbito da delegação de competências.

#### Limites de autorização de despesas

- Até ao valor de 25 000 € – Membros do CA;
- Até ao valor de 1 000 € – Diretores e Diretoras;
- Até ao valor de 500 € - Chefes de Divisão.

#### Delegação de autorização de despesas

- Até ao valor de 1 000 € – Diretores e Diretoras;
- Até ao valor de 500 € - Chefes de Divisão.

### **9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo<sup>3</sup>, indicando designadamente:**

#### **a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;**

<sup>3</sup> Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado



Dando cumprimento ao disposto na alínea i) do art. 13º A do DL nº. 558/99 de 17 de Dezembro, com a nova redação dada pelo DL nº. 300/2007 de 23 de Agosto, informa-se que o Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 46 reuniões em 2015, com o seguinte grau de assiduidade:

Ano de 2015 - Número Total de Reuniões: 46	
Presidente - Dr. João Franco	46 Presenças
Vogal - Eng.º Eduardo Bandeira	44 Presenças
Vogal - Dr. José Pedro Soares	41 Presenças

**b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;**

No ano de 2015 não foram exercidos cargos ou atividades deste tipo.

**c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;**

Não aplicável, sem prejuízo da avaliação da gestão pela assembleia geral, nomeadamente por ocasião da aprovação do relatório e das contas anuais. Na ausência da definição dos objetivos previstos no art.º 43º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, não existem outros critérios pré-determinados, para além dos objetivos definidos em sede do plano de atividades anual.

**d) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências;**

Não existentes.

**C. Fiscalização**

**1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou);**

Nos órgãos sociais, a fiscalização é assegurada pelo Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 1 suplente. É ainda assegurada pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

Mandato	Cargo	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
(Início – Fim)				
2013.07.02/2015	Presidente: Dr.ª Ana Paula Gomes Azurara	AG 02.07.2013	2	1ª nomeação em 18 de Abril de 2008
2013.07.02/2015	Vogal: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	AG 02.07.2013	2	1ª nomeação em 18 de Abril de 2008
2013.07.02/2015	Vogal: Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos	AG 02.07.2013	2	1ª nomeação em 18 de Abril de 2008
2013.07.02/2015	Suplente: Dra. Luísa Maria do Rosário Roque	AG 02.07.2013	1	-

2. **Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art.º 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC);**

**Conselho Fiscal**

**Presidente:** Dra. Ana Paula Gomes Azurara

**Vogal:** Dra. Maria Teresa Moraes

**Vogal:** Dr. Dino Santos

**Suplente:** Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes de acordo com o estipulado no CSC.

3. **Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos;**

**Conselho Fiscal**

**Presidente – Dra. Ana Paula Gomes Azurara**

**Dados pessoais:**

**Nome:** Ana Paula Gomes Azurara

**Data de nascimento:** 5 de setembro de 1961.

**Habilitações académicas:**

- Licenciada em Direito, na menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em janeiro de 1991.

**Atividade profissional:**

**De julho de 2007 até ao presente:**

- Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço;

**De dezembro de 2004 a junho de 2007:**

- Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Património (DGP), em comissão de serviço. Na carreira de origem - nomeada Assessora Principal desde 1 de setembro de 2006;

**De dezembro de 2001 a novembro de 2004:**

- Diretora de Serviços (regime de substituição) da DGP;

**De setembro de 2001 até novembro de 2001:**

- Coordenadora do Gabinete Jurídico (regime de substituição) – lugar equiparado a Chefe de Divisão, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

**De outubro de 1999 até agosto de 2001:**

- Técnica superior de 1.ª Classe (até abril de 2001) e Técnica Superior Principal, da DGP;

**De outubro de 1997 até setembro de 1999:**

- Coordenadora dos Serviços Jurídicos (Divisão de Estudos Patrimoniais) da DGP;

**De fevereiro de 1992 até setembro de 1997:**

- Carreira técnica superior (1992- Estagiária; 1993 - 2.ª Classe; 1997 e 1.ª Classe) da DGP;

**De outubro de 1985 até janeiro de 1992:**

- Carreira técnica do património (1985-1986 Estagiária; 1987 – 1992 auxiliar de gestão patrimonial) da DGP;

**De junho de 1984 até setembro de 1985:**

- Técnica auxiliar de 2.ª classe, do Instituto Nacional de Estatística;

**De junho de 1983 até maio de 1984:**

- Tarefeira, da Direção-Geral do Ensino Superior;

**De agosto de 1981 até abril de 1983:**

- Técnica auxiliar de 2.ª classe (contratada a prazo), Instituto Nacional de Estatística;

**1.º Semestre de 1981:**

- Agente recenseador (Censos 81), Instituto Nacional de Estatística.

**Outras funções e atividades desenvolvidas:**

- Desde abril de 2008 – Presidente Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, SA;
- Colaborou nos grupos constituídos para proceder à transferência de património para as Universidades, Clássica e Técnica, de Lisboa e do Porto;

- Integrou o grupo de trabalho encarregue de proceder à transferência de património para o Instituto de Estradas de Portugal;
- Integrou o grupo de trabalho sobre “Aumento de Receita do Estado (rendas) e Operações de Titularização de Créditos”;
- Integrou, como representante da DGP, o grupo de trabalho, criado pelo Despacho Conjunto n.º 427/99 do Ministro das Finanças e da Cultura, com vista à elaboração da tabela de seleção geral dos documentos produzidos na Administração Pública;
- Monitorizou o Curso de “Código do Procedimento Administrativo” na DGP;
- Integrou o grupo de trabalho encarregado de proceder à revisão do Regime Jurídico dos Veículos do Estado.

**Formação profissional especializada:**

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração);
- “Seminário de Alta Direção” - Instituto Nacional de Administração.

**Vogal – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes**

**Dados pessoais:**

**Nome:** Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

**Data de nascimento:** 25 de março de 1960

**Habilitações académicas:**

- Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.

**Atividade profissional:**

**Desde outubro de 2012:**

- Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição;

**De abril de 2008 a setembro de 2012:**

- Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF, em regime de substituição;

**De junho de 2007 a abril de 2008:**

- Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da DGTF, em regime de substituição;

**De abril de 2000 a junho de 2007:**

- Diretora do Gabinete de Prospetiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT);

**De abril de 1993 a abril 2000:**

- Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações da DGT;

**1987 a 1993:**

- Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos.

**Outras funções e atividades desenvolvidas:**

**Desde outubro 2012:**

- Vogal Suplente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, S.A.;

**Desde agosto de 2012:**

- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Carris, S.A;

**Desde agosto de 2012:**

- Representante da DGTF na Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE;

**Desde março de 2009:**

- Representante da DGTF na Comissão de Gestão Técnica do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores;

**Desde abril de 2008:**

- Vogal do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.;

**Desde abril de 2008:**

- Membro do Grupo para o Acompanhamento Permanente da Moeda Metálica;

**2007 a novembro de 2013:**

- Vogal do Conselho Fiscal da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.;

**Desde 2007:**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA;

**2004 a fevereiro de 2008:**

- Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário;

**Desde 2004:**

- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.;

**2002 a 2005:**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, S.A.;

**2002 a 2004:**

- Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência;

**1999 a 2004:**

- Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A.;

**1998 a 2000:**

- Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações;

**1998:**

- Representante da Direção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos.

**Formação profissional especializada:**

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração);
- Curso “Formação de Formadores” (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

**Vogal – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos**

**Dados pessoais**

**Nome:** Dino Jorge Ramos dos Santos

**Data de nascimento:** *20 de agosto de 1961*

**Habilitações académicas:**

- Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1986.

**Atividade profissional**

**Desde outubro de 2013**

- Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

**De novembro de 2000 a outubro 2013**

- Chefe de Divisão de Recuperação de Créditos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

**De maio de 2000 a novembro 2000**

- Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direção-Geral da Indústria (DGI);

**De setembro 1997 a maio 2000**

- Técnico Superior do Tesouro tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos;

**De dezembro 1993 a setembro 1997**

- Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial;

**De dezembro 1991 a dezembro 1993**



- Coordenação da Equipa de Projeto “Ativos Financeiros – conta CEROT”;

**De novembro de 1986 a dezembro 1991**

- Técnico Superior tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado.

**Outras funções e atividades desenvolvidas**

**Desde abril de 2008**

- Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A. (desde 21 de Março de 2014 redenominada APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.);

**De maio de 2000 a novembro 2000**

- Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comite Art.4” da Comissão Europeia;

**De julho 1989 a dezembro 1993**

- Membro da Comissão de Fiscalização da empresa “Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA”;

**Formação profissional especializada**

- Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração), terminado em Março 2006;
- Curso “Fiscalidade nas Empresas” (Instituto Superior de Gestão), terminado em Dezembro 1999.

**Suplente – Dra. Luísa Maria do Rosário Roque**

**Habilitações Académicas**

- Mestrado em Auditoria pelo I.S.C.A.L.;
- Pós-graduação em Mercados Financeiros pelo I.F.B.;
- Licenciatura em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.;
- Bacharelato em Gestão de Empresas pelo I.S.L.A.;

**Atividade Profissional**

**2015/...**

- Assessora do Ministro do Ambiente para a área financeira;

**2001/2015**

- Quadro superior da DGTF no Departamento de Serviços de Participações do Estado, a exercer funções de assessoria técnica, no âmbito do estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado;

**1996/2001**

- Quadro superior da DGTF da Direção de Apoios Financeiros, no âmbito do processo de concessão de garantias do Estado;

**2000/2001**

- Participou no grupo de trabalho da Comissão EURO – DGT;

**2000/2002**

- Exerceu funções de formadora no âmbito da DGTF;

**1999 julho/dez**

- Participou no grupo de trabalho interno designado “Comissão do Plano de Contingência Ano 2000”;

**1989/1998**

- Exerceu funções de docente no Ensino Secundário.

**Outros Cargos:**

- Presidente do Conselho Fiscal da FNMF – Fundação Nacional Museu Ferroviário ;
- Presidente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA;
- Vice-Presidente da Mesa da A.G. da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA;
- Secretária da Mesa da A.G. da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA;
- Secretária da Mesa da A.G. da APFF, S.A. – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.;
- Membro suplente do Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística;
- Representante do acionista Estado em várias empresas do SEE.

**Informações Adicionais:**

**2013**

- Oradora no congresso da OTOC com o tema "A Auditoria Interna nas empresas da área da saúde do setor empresarial do Estado;

**2008 e 2011**

- Desenvolveu e acompanhou, no âmbito do PICATFIN, entre Portugal e São Tomé, a criação de uma base de dados integrada com o tratamento da informação referente à carteira de participações financeiras.

**Publicações:**

**2015**

- O livro "Influência do Modelo de Governação das Administrações Portuárias no seu Desempenho".

**4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, consoante aplicável:**

**a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro;**

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
13	Sede da empresa em Sines e na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em Lisboa	Presidente e Vogais Efetivos do CF	Não existiram ausências

**b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

**CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO DENTRO DO GRUPO APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE**

Nada a assinalar para todos os membros efetivos ou suplentes do Conselho Fiscal.

**CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO FORA DO GRUPO APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE**

Presidente – Dra. Ana Paula Gomes Azurara

- Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço, desde julho de 2007.

Vogal – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

- Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição, desde outubro de 2012;
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, S.A., desde outubro 2012;
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Carris, S.A., desde agosto de 2012;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA, desde 2004.

Vogal – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos

- Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), desde outubro de 2013.

Suplente – Dra. Luísa Maria do Rosário Roque

- Quadro superior da DGTF no Departamento de Serviços de Participações do Estado, desde 2001;

- Presidente do Conselho Fiscal da FNMF – Fundação Nacional Museu Ferroviário
- Presidente do Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
- Vice-Presidente da Mesa da A.G. da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA
- Secretária da Mesa da A.G. da APFF, S.A. – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.

**c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo**

Nada a assinalar, uma vez que não existe auditor externo.

**d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Nada a assinalar.

**D. Revisor Oficial de Contas (ROC)**

- 1. Identificação da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou);**

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077, representada pelo Dr. José Pereira Alves ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves como suplente.

- 2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade;**

As limitações existentes são as que decorrem do Estatuto dos ROC.

- 3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório;**

A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., exerce funções desde 2005 (11 anos), sendo que relativamente ao mandato de 2005 a 2007 exerceu funções sob a forma de Fiscal Único.

MANDATO (Início – Fim)	CARGO	DESIGNAÇÃO LEGAL DA ATUAL NOMEAÇÃO	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE	OBSERVAÇÕES
2005.04.06 – 2008.09.11	Fiscal Único - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda.	-	1	-
2008.09.12 – 2012.07.30	Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda.	-	2	(Incluindo o anterior mandato como Fiscal Único)
2012.07.31 - ...	Revisor Oficial de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda.,	DUE 22.07.2013	3	(incluindo os 2 mandatos acima mencionados)
	José Pereira Alves - ROC nº 711, ou	DUE 22.07.2013	1	
	César Abel Rodrigues Gonçalves – ROC nº 740	DUE 22.07.2013	1	

**4. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável;**

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) <sup>(1)</sup>	Bruto (€) <sup>(2)</sup>
2013.07.02/2015	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas	20.700,00	20.700,00
	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – Assessoria Fiscal relativa ao enquadramento em sede de IVA e de IRC da operação de integração dos portos do Algarve	-	16.800,00
	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – honorários adicionais relativos ao enquadramento no fecho de contas de 2014 da operação de integração dos portos do Algarve	-	10.550,00
	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – deslocações pessoal SROC	-	8.998,82
	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – total	20.700,00	57.048,82

Legenda: (1) – Valor Bruto Anual Fixado; (2) – Antes de reduções remuneratórias; deve incluir as despesas de representação

**E. Auditor Externo**

- 1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo;**

A empresa não dispõe de auditor externo porque, nesta matéria, no final de 2015 os estatutos não estavam ainda adaptados ao DL 133/2013, de 3 de outubro.

- 2. Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do**

órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita;

Idem.

3. **Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação;**

Idem.

4. **Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

Nada a assinalar, face ao referido nos pontos anteriores.

## **VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA**

### **A. Estatutos e Comunicações**

1. **Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;**

Pela assembleia geral, conforme alínea e) do n.º 2 do artigo 8.º dos estatutos da APS, ou por diploma legal (decreto-lei).

2. **Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade;**

Relativamente a esta matéria a APS possui um Código de Ética e de Conduta (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-e-de-conduta/>) e tem implementado um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-compliance/>).

No âmbito da comunicação de irregularidades existem dois mecanismos previstos, o primeiro consubstanciado pelo processo de auditoria interna, em que é verificada a existência de irregularidades e o segundo no âmbito do processo de satisfação, em que é possível efetuar reclamação em Livro de Reclamações em que a mesma é enviada para a entidade reguladora da atividade da APS. Está em fase de preparação a revisão do código de ética e de conduta que permite a comunicação de irregularidades à comissão de ética e de conduta nomeada. Não foram registadas até à data comunicações deste género.

3. **Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional;**

No âmbito das ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional, para além dos processos citados no número anterior, processo de auditoria interna e processo de satisfação, estão também estabelecidos processos de prevenção de riscos de *compliance*, no âmbito do qual são estabelecidos objetivos para a mitigação de riscos de corrupção e infrações conexas e avaliação do cumprimento de requisitos legais e outros requisitos.



A descrição das medidas identificadas e do seu estado de implementação encontram-se no respetivo modelo de acompanhamento, consultável em:

<http://www.apsinesalgarve.pt/media/1585/mapa-de-acompanhamento-dqapl15001r0.pdf>

## **B. Controlo interno e gestão de riscos**

### **1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar os riscos relevantes pela empresa);**

A APS tem definido um sistema de controlo interno e que permite gerir os riscos para as valências da segurança e saúde no trabalho, ambiente, segurança da informação e plano de prevenção de riscos de *compliance*. De forma a tornar esta metodologia transversal a todos os processos do SI, e dar respostas às alterações normativas decorrentes da revisão da ISO 9001, começaram em 2015 os trabalhos para a identificação dos riscos relacionados com a concretização dos objetivos e metas estabelecidos no Sistema de gestão integrado.

Assim, em 2016 será criado o processo de gestão do risco com a definição de ambiente de controlo, avaliação dos riscos, atividades de controlo, informação e comunicação e monitorização ou supervisão.

De forma a consolidar a aplicação do processo de gestão do risco, as auditorias internas a realizar em 2016 terão por base as matrizes de riscos dos processos do SI, outra metodologia de controlo interno estabelecido no SI.

Para além do processo de gestão do risco e auditoria interna, anualmente é também avaliado grau de implementação e os processos e mecanismos de controlo interno e de gestão de risco que as unidades implementaram através do processo de planeamento e revisão do SI.

Todas as atividades definidas no SI são alvo de auditoria externa por parte da entidade certificadora Lloyd's Register Quality Assurance.

Uma referência ainda às concessões e licenciamentos em que todo o risco relativo a condições financeiras ou de mercado decorre por conta dos concessionários ou licenciados não assegurando a APS quaisquer níveis mínimos de volume de negócios ou de tráfego.

### **2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de gestão de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida;**

Está estabelecido no SI plano de auditoria interna no âmbito do processo de auditorias. Este processo foi implementado tendo como fundamento os princípios destacados na norma ISO 19011. Este processo tem como objetivos:

- Avaliar a eficácia dos controlos internos;
- Apresentar as suas conclusões sobre a eficácia dos seus controlos internos baseadas na avaliação efetuada;
- Divulgar as deficiências importantes detetadas nos controlos que possam adversamente afetar a capacidade de relato de informação à Administração;

- Detetar modificações significativas nos controlos estabelecidos ou outros fatores que possam, afetar os controlos.

As auditorias internas são elaboradas recorrendo a uma bolsa de auditores/as internos/as, que gozam de estatuto independente das áreas auditadas. Esta bolsa é gerida pela Direção da Qualidade, Ambiente e Segurança e os critérios mínimos de integração na bolsa e de nomeação e formação das equipas estão estabelecidos no Sistema de Gestão Integrado. Anualmente é elaborado relatório de síntese referente ao processo de auditorias internas que é submetido à avaliação do Conselho de Administração aquando da revisão do Sistema de Gestão Integrado.

O plano de prevenção dos riscos de *compliance*, em que são geridos os riscos relacionados com a ocorrência de impactos negativos nos resultados da empresa, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão da atividade ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações legais, é gerido pela Direção de Assuntos Jurídicos. Anualmente é elaborado relatório de síntese referente ao plano de prevenção dos riscos de *compliance* que é submetido à avaliação do Conselho de Administração aquando da revisão do Sistema de Gestão Integrado.

**3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, este deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas;**

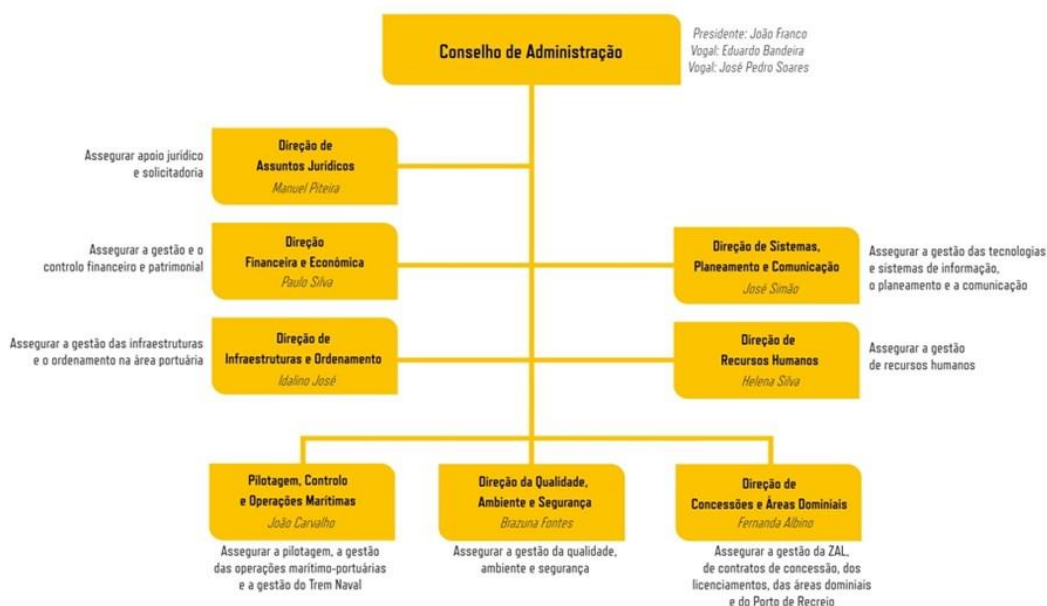
O novo Plano Estratégico, em desenvolvimento, deverá incorporar a definição da política de risco da sociedade.

Atualmente, a avaliação, tratamento e gestão do risco são efetuados para os âmbitos: ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança da informação e *compliance*. Existem matrizes com a identificação e tratamento de riscos. Os critérios de aceitabilidade do risco são definidos pela administração.

Como referido anteriormente, em 2015 foram iniciadas as atividades para identificação e tratamento dos riscos relacionados com os processos do SI. Este processo terá por base a norma ISO 31000 – Gestão do risco. A formalização da gestão dos riscos decorrentes da operação dos processos do SI permitirá à APS atingir os seus objetivos, em simultâneo com a gestão das expectativas legais, regulatórias e sociais das partes interessadas relevantes, permitindo a melhor resposta e adaptação a perturbações e disrupções.

**4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade;**

As únicas relações de dependência hierárquica existentes na sociedade são as que constam do organograma seguinte:



##### 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos;

As competências no controlo de riscos são exercidas no âmbito do SI (<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gest%C3%A3o/>). Todas as unidades da empresa (ver organograma do ponto anterior) têm competência na prevenção de riscos em função da sua relação com a natureza dos mesmos.

##### 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade;

Os principais riscos identificados no exercício da atividade são:

- Em termos económicos e financeiros, uma elevada concentração dos níveis da atividade num pequeno número de agentes quer ao nível da movimentação de produtos energéticos (clientes ligados ao complexo portuário e industrial de Sines) quer ao nível da carga contentorizada (armadores). Com a integração dos portos do Algarve aumentou expressivamente o número de clientes do porto, mas face às características dos mesmos, em grande número ligados a pequenos licenciamentos de atividades ou prestações de serviços não portuários, o nível de concentração em função do volume de negócios não sofreu alterações significativas;
- Em termos operacionais, e relativamente a Sines, os principais riscos são os inerentes à própria natureza dos produtos movimentados no domínio energético (petróleo e seus derivados, gás natural). Os concessionários do porto de Sines estão devidamente apetrechados para a operação e armazenamento destes produtos com a maior segurança e, em conjunto com a autoridade portuária, para a prevenção e minimização dos efeitos de eventuais incidentes ou acidentes, quer em termos da segurança de pessoas e bens quer em termos de proteção do meio ambiente;

- A responsabilidade civil dos riscos operacionais referidos encontra-se devidamente transferida (seguros) até aos montantes considerados adequados;
- Relativamente a riscos jurídicos podem referir-se os que são genéricos a qualquer atividade pelo incumprimento de leis e regulamentos, não havendo riscos específicos da atividade portuária desde que ficou concluída a concessão de todos os terminais.

#### **7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos;**

Atualmente, a avaliação, tratamento e gestão do risco são efetuados para os âmbitos: ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança da informação e *compliance*.

A gestão do risco compreende as seguintes etapas:

Etapa 1 – Identificação de fontes de risco, áreas de impacto, eventos, causas e potenciais consequências de acordo com as metodologias aprovadas. Nesta etapa são geradas listas abrangentes relacionadas com a prossecução dos objetivos do SI.

Etapa 2 – Análise dos riscos de acordo com a consequência e a verosimilhança.

Etapa 3 – Avaliação do risco com base na análise efetuada de forma a detetar a necessidade de tratamento;

Etapa 4 – Tratamento do risco com a seleção de opções.

Etapa 5 – Monitorização e revisão do processo.

As matrizes de risco são acompanhadas pelos respetivos gestores e são aprovadas superiormente.

#### **8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira;**

Devendo a política de risco da sociedade vir a ser definida no âmbito do novo Plano Estratégico, incluindo nomeadamente a gestão do risco associado à informação financeira, para a qual não existe atualmente um plano específico aprovado, a respetiva divulgação tem vindo a ser efetuada exclusivamente de acordo com as orientações do acionista Estado, nomeadamente no que respeita ao conteúdo dos vários documentos de *reporting* e à sua disponibilização no portal da empresa na internet, para além do cumprimento das obrigações decorrentes do Código das Sociedades Comerciais.

Outra informação pontual prestada para o exterior comporta apenas elementos anteriormente divulgados ao abrigo das obrigações legais ou das orientações do acionista, para além de ser obrigatoriamente canalizada pela área orgânica da empresa responsável pela função de Comunicação ou pelo Diretor Financeiro e Económico, no caso de informações solicitadas pelo setor financeiro.

#### **C. Regulamentos e Códigos**

##### **1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta;**

a) Estatuto jurídico

A APS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, cuja versão em vigor se encontra publicada no seu portal da Internet:

[\(http://www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos/\)](http://www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos/).

A empresa foi criada a partir da transformação em sociedade anónima do anterior instituto público (criado pelo DL 508/77, de 14 de dezembro) que, por sua vez, herdara competências do departamento portuário do Gabinete da Área de Sines, organismo criado em 1971 com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano-industrial da respetiva zona. O Decreto-Lei nº 44/2014, de 20 de Março, redenomina a empresa para APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA e atribui-lhe a jurisdição dos portos comerciais de Faro e de Portimão no Algarve.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a APS, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita à legislação específica aplicável ao Sector Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico deste sector.

#### b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 421/99, de 21 de outubro (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações e juntas autónomas, e dos trabalhadores provenientes do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Manteve-se, todavia, do anterior estatuto o essencial da regulamentação relativa ao regime de trabalho, consagrando-se um normativo de transição para a adoção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico-profissional de origem, designadamente, quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Assim, ao pessoal das administrações portuárias, é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria nº 1098/99, de 21 de dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho, ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão direta em alguns domínios específicos para o regime do contrato de trabalho em funções públicas.

No caso particular do pessoal técnico de pilotagem, oriundo do ex-INPP, foi publicada a Portaria nº 633/99, de 11 de Agosto, relativa ao desenvolvimento da respetiva carreira e a remunerações, determinando-se no seu preâmbulo, que é ainda aplicável, com as necessárias adaptações, o regime jurídico constante do Decreto-Lei nº 361/78, de 27 de novembro.

#### c) Outros normativos externos

No âmbito da atividade exercida destacam-se ainda:

- Regime da operação portuária – Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 324/94, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 65/95, de 7 de abril, e pela Lei nº 3/2013, de 14 de janeiro.
- Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, anexo ao Decreto-Lei nº 273/2000, de 9 de novembro, que é aplicável na área de jurisdição das autoridades portuárias e regula o fornecimento de bens e a prestação dos serviços nele previstos, fixando as correspondentes taxas;

- Decreto-Lei nº 48/2002, de 2 de março, que aprova o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem;
- Decreto-Lei nº 46/2000, de 23 de março, que atribui às autoridades portuárias a competência em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Decreto-Lei nº 226/2006, de 15 de novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e proteção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adoção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS);
- Decreto-Lei nº 61/2012, de 14 de março, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto;
- Regulamentos comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e proteção portuária e da navegação;
- Regime da operação portuária – Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de agosto;
- Estatuto do agente de navegação – Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro;
- Regime das concessões portuárias de serviço público – DL 324/94, de 30 de dezembro.

d) Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança

No âmbito do SI a APS tem em vigor um conjunto de documentação que descreve as atividades desenvolvidas. Está também disponível documentação de outras entidades necessária para informação acerca dos serviços prestados pela APS direta e indiretamente. Destes documentos, que se encontram divulgados no portal da internet, destaca-se:

- Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos

<http://www.portodesines.pt/media/1691/pp03r2-plano-portuario-de-rececao-e-gestao-de-residuos-do-porto-de-sines-2014-2016.pdf>

- Código de Conduta para a Praia Vasco da Gama

<http://www.portodesines.pt/media/1689/cd001r0-codigo-ambiental-praia-vasco-da-gama.pdf>

- Código de Conduta Ambiental para o Porto de Recreio

<http://www.portodesines.pt/media/1690/cd002r3-codigo-de-conduta-ambiental-do-porto-de-recreio.pdf>

- Regulamento de Exploração do Porto de Sines

<http://www.portodesines.pt/media/1245/regulamento-de-exploracao-ambiente-e-seguranca-do-porto-de-sines.pdf>

- Regulamento da Praia Vasco da Gama

<http://www.portodesines.pt/media/1252/regulamento-da-praia-vasco-da-gama.pdf>



- Regulamento de Exploração da ZAL Sines – Zona Intraportuária

<http://www.portodesines.pt/media/1253/regulamento-de-exploracao-zalsines-zona-intraportuaria.pdf>

- Regulamento de Exploração do Porto de Recreio de Sines

<http://www.portodesines.pt/media/1251/regulamento-de-exploracao-do-porto-de-recreio-de-sines.pdf>

- Regulamento de Ambiente e Segurança do Porto de Sines e normas conexas

<http://www.portodesines.pt/media/1245/regulamento-de-exploracao-ambiente-e-seguranca-do-porto-de-sines.pdf>

Norma de Receção de Navios e Movimentação de Cargas

<http://www.portodesines.pt/media/1242/norma-de-rececao-de-navios-e-movimentacao-de-mercadorias.pdf>

Norma Apresentação e Tratamento de Reclamações no Porto de Sines

<http://www.portodesines.pt/media/2039/tratamento-de-reclamacoes-no004.pdf>

Norma Licenças e Concessões

<http://www.portodesines.pt/media/1243/registos-autorizacoes-licencas-e-concessoes.pdf>

Documentos de outras entidades:

- Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines

<http://www.portodesines.pt/media/1264/regulamento-de-exploracao-do-porto-de-pesca-de-sines.pdf>

- Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades (RGRU) do Porto de Sines

<http://www.portodesines.pt/media/1259/gestao-de-residuos-e-utilidades-ecoslops.pdf>

- Regulamento de Operações do Terminal de Contentores

[http://www.portodesines.pt/media/1898/terminal-de-contentores-psa-sines-2015\\_11\\_01.pdf](http://www.portodesines.pt/media/1898/terminal-de-contentores-psa-sines-2015_11_01.pdf)

- Regulamento de Exploração do Terminal *Multipurpose*

<http://www.portodesines.pt/media/1262/terminal-multipurpose-portsines.pdf>

- Regulamento de Exploração de Serviço Público de Reboque e Amarração

<http://www.portodesines.pt/media/1257/servico-publico-de-reboque-e-amarração-reboport.pdf>

2. Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma



**relação jurídica com a empresa (artigo 47º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

Em 17.07.2015 foi revisto o código de ética e de conduta onde é descrito o sistema de valores que orientam o comportamento organizacional da APS, bem como das relações que se estabelecem com as partes interessadas. Este código tem ainda o objetivo de orientar os colaboradores e colaboradoras da APS de modo a providenciar uma direção para quando se confrontarem com situações não regulamentadas que envolvam uma escolha entre várias alternativas que carecem de ser avaliadas como certas ou erradas. Este documento encontra-se para consulta no portal da internet para as entidades externas e é publicado internamente sempre que exista uma nova revisão, de acordo com o processo de informação documentada em vigor.

(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/codigo-de-etica-e-de-conduta/>)

- 3. Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro).**

A revisão do plano de prevenção de riscos de *compliance* identifica ações a efetuar de forma a controlar os riscos identificados neste plano. Este plano é auditado em todas as unidades da APS e é feita a verificação da existência deste tipo de ocorrências. Faz parte deste relatório a indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da *compliance*. Este documento é público, sendo que o plano e a correspondente matriz estão publicados no portal da APS:

(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/prevencao-de-riscos-de-compliance/>).

Não foram identificadas situações de fraude, internas ou externas, no ano de 2015. O relatório relativo a este exercício está em fase de aprovação e será publicado durante o mês de Setembro de 2016.

#### **D. Deveres especiais de informação**

- 1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro) a saber:**

- a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;**

- Portal SIRIEF – responsabilidades contingentes;

- b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;**

- Relatório de Gestão e Contas – Portal da empresa

(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas/>);

- Portal SIRIEF.

**c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;**

- Plano de Atividades e Orçamento – Portal da empresa  
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/>);
- Portal SIRIEF.

**d) Orçamento anual e plurianual;**

- Plano de Atividades e Orçamento – Portal da empresa  
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/>);
- Portal SIRIEF.

**e) Documentos anuais de prestação de contas;**

- Relatório de Gestão e Contas – Portal da empresa  
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas/>);
- Portal SIRIEF

**f) Documentos trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;**

- Portal SIRIEF
- A partir de 2015, coincidindo com a reformulação do seu portal, a empresa passou a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental  
(<http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/informacao-trimestral-de-gestao/>).

**2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

- Portal da empresa (<http://www.apsinesalgarve.pt/>) - separador Governo da sociedade)

**E. Sítio da Internet**

**1. Indicação do (s) endereço (s) utilizados na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro):**

**a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;**

Firma: APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

Tipo: Sociedade Anónima

Sede: Rua do Porto Industrial, 7520-203 Sines

Conservatória do registo comercial: Sines

Número de matrícula: 501208950

Número de identificação de pessoa coletiva: 501208950

Capital Social: 80.000.000 €

<http://www.apsinesalgarve.pt/aps/identificacao-da-empresa/>

**b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;**

[www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos](http://www.apsinesalgarve.pt/aps/estatutos) e [www.apsinesalgarve.pt/aps/legislacao](http://www.apsinesalgarve.pt/aps/legislacao);

<http://www.dqtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

**c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;**

[www.apsinesalgarve.pt/aps/orgaos-sociais](http://www.apsinesalgarve.pt/aps/orgaos-sociais) ;

[www.apsinesalgarve.pt/media/1596/relatorio-do-governo-societario-2013.pdf](http://www.apsinesalgarve.pt/media/1596/relatorio-do-governo-societario-2013.pdf) ;

<http://www.dqtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

**d) Documentos de prestação de contas anuais<sup>4</sup> e caso aplicável, as semestrais;**

[www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas](http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas) ;

<http://www.dqtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

**e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;**

<http://www.dqtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

**f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.**

[www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas](http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/relatorios-de-gestao-e-contas) ;

[www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/](http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/planos-de-atividades-e-orcamento/) ;

<http://www.apsinesalgarve.pt/portos/investimentos/> ;

<http://www.dqtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/aps-administracao-do-porto-de-sines-e-do-algarve-sa>

**F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)**

**1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

De acordo com o Decreto-Lei nº 337/98, de 3 de novembro, que criou a APS, são atribuições desta administração portuária a gestão e exploração do domínio público do

<sup>4</sup> Que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos

Estado dentro da área de jurisdição do porto de Sines e, consequentemente, o exercício dessas atribuições funda-se naquele diploma legal a título originário e não como concessionária. O Decreto-Lei nº 44/2014, de 20 de março, alarga essas atribuições aos portos comerciais do Algarve mas mantém o seu fundamento.

O serviço público é o que decorre da missão constante do Estatuto da sociedade, não havendo um documento autónomo que consagre obrigações e direitos. Em todo o caso, as obrigações de serviço público e de interesse geral são asseguradas com fundos próprios, não beneficiando a APS de qualquer indemnização compensatória ou outros recursos financeiros públicos.

**2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), das quais deverão constar os seguintes elementos:**

Face ao referido no ponto anterior, considera-se não aplicável em nenhuma das alíneas subsequentes:

- a) **Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;**
- b) **Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;**
- c) **Critérios de avaliação e revisão contratuais;**
- d) **Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;**
- e) **Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;**
- f) **Metodologias adotadas em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.**

## **VII. REMUNERAÇÕES**

### **A. Competência para a Determinação**

**1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade;**

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Não aplicável
Remuneração das carreiras de chefia	Artigo 33.º do EPAP – Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na sociedade.

**2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

As normas internas aprovadas definem que algumas tipologias de despesas, pela sua natureza são de aprovação reservada ao Conselho de Administração, nomeadamente realização de estudos, deslocações ao estrangeiro, atribuição de donativos ou assinatura de publicações. Para além disso, a realização de despesas por parte de um membro do Conselho de Administração é sempre objeto de autorização por parte de um outro membro.

**3. Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses;**

No anexo 3 a este documento são apresentadas as mencionadas declarações. Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização.

**B. Comissão de Fixação de Remunerações**

**1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio;**

Não se encontra atualmente nomeada uma Comissão de Fixação de Remunerações.

**C. Estrutura das Remunerações**

**1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização;**

Deliberada pela Assembleia Geral tendo presente a legislação aplicável, nomeadamente a classificação da empresa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março) e o Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro)

**2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade;**

Através de Declaração Unânime por Escrito de 24 de Junho de 2013 foi determinado o seguinte:

“...

2. Ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, fixa-se o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho de Administração:

Presidente: Valor mensal líquido: 4.864,34€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para as despesas de representação, no montante de 1.945,74€, pago 12 vezes por ano;

Vogal executivo: Valor mensal líquido: 3.891,47€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59€, pago 12 vezes por ano.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º de Estatuto do Gestor Público.

De acordo com o disposto no artigo 4.º de Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

3. Aplica-se a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.

4. Determina-se que, nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.”

3. **Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente;**

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão, de acordo com o disposto no artigo 41º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.

4. **Explicitação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;**

Não aplicável.

5. **Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio;**

Não aplicável.

6. **Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais;**

Durante o exercício de 2015 não existiram quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

#### **D. Divulgação das Remunerações**

1. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação;**

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
João Paulo Farinha Franco	S	B	86.877,06	4.572,58
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	S	B	69.501,77	3.657,89
José Pedro da Silva Soares	S	B	69.501,77	3.657,89

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€) – Ano 2015					
	Variável	Fixa (*)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
João Paulo Farinha Franco	-	91.449,64	91.449,64	4.572,58	-	86.877,06
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	-	73.159,66	73.159,66	3.657,89	-	69.501,77
José Pedro da Silva Soares	-	73.159,66	73.159,66	3.657,89	-	69.501,77

\*Inclui a remuneração + despesas de representação (sem reduções).

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº4 da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 24-06-2013.



Nome	Subsídio de Refeição		Benefícios Sociais (€) – Ano 2015				
			Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor			
João Paulo Farinha Franco	4,27	1.007,72	Segurança Social	20.633,29	331,99	Não Existente	28,29
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	4,27	969,29	CGA	16.506,69	331,99	Não Existente	28,29
José Pedro da Silva Soares	4,27	973,56	Segurança Social	16.506,69	331,99	Não Existente	28,29

Nome	Benefícios Sociais (€) – Ano 2015							
	Identificar	Valor	Identificar	Valor	Identificar	Valor	Identificar	Valor
João Paulo Farinha Franco	Auxílio para Estudos	984,02	Medicina no Trabalho	0,00	Custos Diretos com Formação Profissional	1.095,00	-	-
Eduardo Carvalho Ramos Bandeira	Auxílio para Estudos	1.323,59	Medicina no Trabalho	0,00	Custos Diretos com Formação Profissional	639,68	-	-
José Pedro da Silva Soares	Auxílio para Estudos	-	Medicina no Trabalho	24,40	Custos Diretos com Formação Profissional	1.320,68	-	-

**2. Indicação dos montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum;**

Nada a assinalar.

**3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos;**

Nada a assinalar.

**4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;**

Nada a assinalar.

**5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação;**

Conselho Fiscal

A Assembleia-geral de 2 de julho de 2013 aprovou o estatuto remuneratório do Conselho Fiscal nos seguintes termos:

“ ...

**1. É fixado o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho Fiscal:**

Presidente: Valor mensal ilíquido de 1.362,01€, pagas 14 vezes por ano;

Vogais: Valor mensal ilíquido de 1.021,51€, pagas 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

...

3. Aplica-se a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.

4. Determina-se que, nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.”

Nome	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) – Ano 2015					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) =(1) - (2) + (3)
Ana Paula Azurara (2013.07.02/2015)	-	19.068,14	19.068,14	3.848,36	-	15.219,78
Maria Teresa Morais (2013.07.02/2015)	-	14.301,14	14.301,14	2.886,24	-	11.414,90
Dino Santos (2013.07.02/2015)	-	14.301,14	14.301,14	2.886,24	-	11.414,90
Luisa Maria Roque (2013.07.02/2015)	-	-	-	-	-	-

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº 4 do ponto 7 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 02-07-2013 (Ata nº 30).

#### Revisor Oficial de Contas

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) – Ano 2015		
	BRUTA	REDUÇÕES (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas	20.700,00	2.070,00	18.630,00
PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas	36.348,82	-	36.348,82
PricewaterhouseCoopers & Associados – total	57.048,82	2.070,00	54.978,82

6. **Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação;**

#### Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia-geral de 2 de julho de 2013 aprovou, no ponto 7 da sua ordem de trabalhos, o estatuto remuneratório dos membros da Mesa da Assembleia Geral nos seguintes termos:

“ ...

2. São fixadas as seguintes senhas de presença a atribuir aos membros da Mesa de Assembleia Geral:

Presidente: 575,00€

Secretária: 375,00€

A estes valores será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

3. Aplica-se a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.

4. Determina-se que, nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.”

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado	REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)- (2)+(3)
2013.07.02/2015	Presidente	António Maldonado Gonelha	575,00	-	-	-	-
2013.07.02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00	37,50	7,50	345,00

Nota: Em 17 de maio de 2011 a empresa tomou conhecimento da renúncia do Presidente da Mesa da Assembleia Geral à remuneração inerente a este cargo.

(2) Redução remuneratória conforme disposto no nº 4 do ponto 7 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de 02-07-2013 (Ata nº 30).

## VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

### 1. Apresentação de mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência;

A empresa possui um Código de Ética e de Conduta e um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* consultáveis, respetivamente, em [www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/código-de-ética-e-de-conduta](http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/código-de-ética-e-de-conduta) e [www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevenção-de-riscos-de-compliance](http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevenção-de-riscos-de-compliance).

Neste domínio deverá, ainda, referir-se que as únicas transações com entidades relacionadas são as que, por obrigação legal, correspondem ao pagamento às entidades coordenadoras ou reguladoras do setor marítimo portuário, nomeadamente:

Taxa da AMT

O n.º 1 do Despacho n.º 11573/2015 fixa a taxa de 2% calculada sobre os proveitos registados na conta 72 “Prestação de Serviços”, excluindo o serviço de pilotagem. No ano de 2015 foi registado o valor de 744.978.94€.

#### Taxa da DGRM

O n.º 1 do artigo 7.º da portaria 184/2013, de 16 de maio, fixa a taxa de 3% calculada sobre os proveitos registados na conta 72 “Prestação de Serviços”, excluindo o serviço de pilotagem. No ano de 2015 foi registado o valor de 1.111.894,86€.

Tendo em conta a natureza destas transações não se revelou necessária a implementação de quaisquer mecanismos diferenciados para o seu controlo, para além dos normais procedimentos inerentes à autorização da despesa e do seu pagamento.

## **2. Informação sobre outras transações:**

### **a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;**

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos setores especiais (portos) pelo que, nos termos do art.º 7º do Código dos Contratos Públicos (CCP), apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos limiares previstos em termos comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, Ambiente e Segurança que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrencialidade dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do CCP, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpôs, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos setores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do CCP.

No ano 2015 foram criados dezassete procedimentos na plataforma de contratação pública da GATEWIT. Desses procedimentos, quatro diziam respeito a concursos públicos e treze a procedimentos por ajuste direto com consulta.

Dos concursos públicos apenas dois foram adjudicados ainda em 2015. Relativamente aos procedimentos por ajuste direto com consulta, importa referir que um dos procedimentos não foi adjudicado por ter ficado deserto. Os restantes foram adjudicados ainda em 2015.

### **b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;**

Nada a registar.

### **c) Lista de fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)**

ENTIDADE	VALOR (€)
IBERDROLA CLIENTES, S.A.U. (ESA95758389)	2.468.675,53 €

## IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

**Caraterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:**

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas;

Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro seguinte considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2015 aprovado pelo acionista.

OBJETIVO	META 2015	RESULTADO 2015	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)
Volume de negócios (m€)	42.320	44.592	105,4
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios, do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades) (%)	51,5	59,4	115,3
Resultados Líquidos (m€)	11.800	16.675	141,3
ROACE (%)	4,7	6,4	136,7
Movimento de mercadorias (mT)	41.961	44.362	105,7
PMP (nº de dias)	17	20	85,0
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	22.900	13.160	57,5
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA ajustado)	0,9	0,7	127,7
Autonomia Financeira (%)	72,0	63,0	87,5

### 2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A APS vem apresentando desde 2005, de forma sustentada, resultados líquidos positivos. Em 2015 o resultado líquido ascendeu a aproximadamente 16,7 milhões de euros e o cash-flow operacional (EBITDA), ajustado pela dedução da imputação da amortização de subsídios, dos rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessões, de provisões e imparidades, a 26,5 milhões de euros. Além disso, por via dos impostos sobre o rendimento e dos dividendos pagos, tendo estes totalizado 6,7 milhões de euros em 2015, a empresa assume-se como um contribuinte líquido para o acionista Estado português. Adicionalmente será de referir que no final de 2015 o passivo bancário da APS continuava a ser nulo.

Relativamente às políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência social, as mesmas continuam a aplicar-se em vários domínios. Internamente será de referir:

- No sentido de beneficiar socialmente os seus trabalhadores e trabalhadoras, a APS possui um serviço de medicina social e de enfermagem, de seguro de saúde, e de obras sociais dedicadas quer a compartilhar as despesas com a infância e os estudos quer a compartilhar despesas relativas a assistência médica, medicamentosa e hospitalar, complementar do sistema de saúde dos/as beneficiários/as da ADSE;

- A APS tem ainda organizado serviços de segurança e saúde no trabalho na modalidade de serviços internos, tendo em funcionamento um posto médico privativo, um serviço de segurança, duas técnicas superiores de segurança no trabalho, e um médico de trabalho coadjuvado por enfermeira com experiência adequada;
- A APS tem ainda em funcionamento desde 1994 comissões de segurança e saúde no trabalho, de composição paritária, de caráter consultivo;
- Transporte entre a empresa e os principais pólos populacionais da região para o pessoal administrativo e para o pessoal em regime de turno, inserindo-se entre outras medidas de incentivo ao conciliar da via profissional e familiar;
- O apoio ao Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores do Porto de Sines é igualmente um meio de desenvolvimento social, cultural e desportivo dos/as seus/suas colaboradores/as;

A contribuição para a inclusão social é promovida por via dual através da educação e formação dos seus/suas trabalhadores/as, com o contributo da empresa e de responsabilidade partilhada.

A APS segue ainda uma política de concessão de estágios em diversos graus de ensino e acolhendo pessoas com deficiência o que tem vindo a contribuir para a melhoria das competências comportamentais.

No ano de 2015 destaca-se a realização com sucesso de auditorias pela Lloyd's Register Quality Assurance para renovação da certificação dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001:2008), ambiental (ISO 14001:2004), da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007) e da segurança da informação (ISO/IEC 27001:2013). Este ano o âmbito da certificação da segurança da informação foi também estendido aos portos de Faro e Portimão.

A APS promove ainda a melhoria contínua dos seus processos, no sentido de os adequar permanentemente às necessidades dos seus clientes, através, entre outros, do tratamento expedito e transparente das reclamações recebidas e dos inquéritos à satisfação de todas as partes interessadas.

### **3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:**

- a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

A APS estabelece anualmente os objetivos do SI que incorporam os princípios da responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito pelos princípios de legalidade e ética empresarial:

Responsabilidade social e ambiental	Objetivos estabelecidos no programa de gestão ambiental, no programa de segurança e saúde no trabalho e no plano de saúde ocupacional.
Proteção dos consumidores	Objetivos estabelecidos no âmbito do processo de satisfação.
Valorização profissional	Objetivos estabelecidos no âmbito dos processos da formação profissional.
Promoção da igualdade e da não discriminação	Objetivos estabelecidos no âmbito do plano da igualdade de género.
Proteção do ambiente	Objetivos estabelecidos no programa de gestão ambiental.
Princípios de legalidade e ética empresarial	Metodologia estabelecida para a identificação, análise, arquivo e manutenção do registo dos requisitos legais e outros requisitos, como normas, regulamentos e boas práticas.

**b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

A APS adota uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias, dispondo de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de atuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.

Durante o ano de 2015 a APS manteve a certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001:2004, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reativa, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, na vertente preventiva, na aplicação de medidas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e na monitorização ambiental. Neste controlo e monitorização são envolvidas, entre outras, entidades ligadas à investigação e ao ensino e abrangidas áreas como os ambientes marinhos, o ar, a água balnear e o solo.

Encontram-se também definidas e implementadas na organização medidas relacionadas com a recolha seletiva de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadrados na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.

De referir ainda que, em 2015, a APS decidiu mais uma vez candidatar a Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio ao Programa Bandeira Azul, tendo estes recebido o referido galardão de qualidade conforme vem acontecendo nos últimos anos.



A Praia Vasco da Gama foi ainda distinguida pela 4ª vez consecutiva com a “Qualidade de Ouro” pela Quercus, a qual é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objetivo premiar as praias que ao longo de vários anos (cinco neste caso), apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente, oferecendo uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água.

Esta praia obteve ainda, como já vem sendo usual, a distinção de “Praia Acessível Para Todos”, por reunir um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

- c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

Em fevereiro de 2013 e março de 2014 foi assinado com a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), o Acordo de Adesão ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., implicando esta adesão a definição de compromissos de melhoria em matéria de igualdade de género.

- d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro;**

Em cumprimento do estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro, a APS elaborou o seu primeiro Plano para a Igualdade de Género para o triénio 2013/2015, o qual foi revisto em 2014 no sentido da adequação ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e à Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, tendo dado origem ao Plano para a Igualdade de Género 2014/2017, atualmente em vigor.

- e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro);**

As políticas de recursos humanos da empresa encontram-se orientadas para a valorização profissional e fortalecimento da motivação dos trabalhadores e trabalhadoras, destacando-se o investimento que tem sido efetuado ao nível da valorização do capital humano, designadamente no âmbito da educação e da formação, tendo em vista o desenvolvimento de qualificações e de competências técnicas e comportamentais adequadas quer às necessidades de curto prazo quer à garantia da empregabilidade e estabilidade no emprego no longo prazo. A empresa dispõe ainda de diferentes formas de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras estudantes que pretendam elevar as suas qualificações académicas,

e um plano de formação facilitador e encorajador da participação em formação e eventos de diferentes especialidades.

A APS aposta em vínculos definitivos, através da celebração de contrato de trabalho sem termo, e tem em curso a adequação do atual sistema de avaliação do desempenho, no sentido de potenciar a eficiência e a produtividade, e de motivar as pessoas para a inovação, tendo práticas de introdução de novas tecnologias e sistemas de informação e de comunicação.

Outra forma de estimular o aumento da produtividade passa pela implementação de medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, das quais se destaca a possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras poderem solicitar o ajustamento do seu horário de trabalho por motivos relacionados com a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e com a frequência de cursos de formação que potenciem a aquisição de novas competências relacionadas com a área de negócio da APS. Refira-se, ainda, a participação da empresa em campanhas promovidas pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) enquadradas nesta temática.

A relevância da possibilidade de ajustamento de horários de trabalho, levou a que esta medida fosse vertida numa cláusula específica do Acordo Coletivo celebrado entre a APA-Administração do Porto de Aveiro, S.A. e outras e o Sindicato Nacional das Administrações Portuárias (SNTAP), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 46/2015 em 15.12.2015.

Acresce também a preocupação constante da empresa na integração social das práticas de gestão de recursos humanos relativas aos trabalhadores e na abertura permanente ao diálogo com os sindicatos na procura da melhoria das condições de trabalho, através de uma comunicação *top-down-top* potenciada internamente pelo Sistema de Gestão Integrado que permite que os trabalhadores possam acionar mecanismos de transmissão de recomendações ao Conselho de Administração. Este sistema é um meio privilegiado de comunicação vertical facilitador da melhoria contínua da atividade e ação da empresa e da participação de todos.

Para a garantia da melhoria permanente das condições de trabalho estão designadas duas técnicas superiores de segurança e saúde no trabalho que, em conjunto com o médico do trabalho e com elementos da Comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho, procedem a visitas aos postos de trabalho de forma a monitorizar a segurança e saúde dos trabalhadores e a sugerir a implementação de eventuais correções que se verifiquem necessárias.

A APS aprovou em 2015 a implementação do Plano de Saúde Ocupacional 2014/2017, com o objetivo de melhorar a proteção e a promoção da saúde dos trabalhadores, numa perspetiva de melhoria contínua e de consolidação das metodologias já implementadas. O referido plano é um instrumento alinhado com o Programa Nacional de Saúde Ocupacional (PNSOC) – 2º Ciclo 2013/2017 e pretende responder às necessidades crescentes e emergentes de intervenção em saúde no contexto laboral, visando promover o “valor da saúde” e a qualidade de vida no trabalho, através de ambientes de trabalho saudáveis e da melhoria da cobertura e qualidade dos serviços de saúde e segurança do trabalho.

- f) **Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).**

No Relatório de Gestão e Contas são apresentados os principais projetos de desenvolvimento em curso no Porto de Sines e nos portos do Algarve.

Como vem sendo habitual nos últimos anos, nestes têm especial destaque os projetos ligados às tecnologias de informação e comunicação e aos procedimentos eletrónicos integradores do despacho de navios e mercadorias, bem como os relativos à segurança e supervisão portuária. Estes são fatores essenciais para a competitividade dos portos de Sines e do Algarve.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2016 tem em conta as orientações do acionista em termos de criação de valor e racionalização de custos. Deve, no entanto, salientar-se que os portos do algarve continuam a apresentar uma exploração deficitária, sendo que o desafio passa essencialmente por diminuir esse défice de exploração e minimizar os seus efeitos sobre os resultados económicos da empresa.

No quadro seguinte resumem-se os principais indicadores previsionais da atividade da empresa:

INDICADOR	REALIZADO 2015	ORÇAMENTO 2016	VAR% 2016/2015
Movimento de Mercadorias (mil.tons.)	44.362	45.818	3,3%
Volume de Negócios (mil.euros)	44.592	45.370	1,7%
EBITDA ajustado* (mil.euros)	26.473	26.909	1,6%
Resultados Líquidos (mil.euros)	16.675	17.813	6,8%
ROACE (%)	6,4	6,6	2,9%
Autonomia Financeira (%)	63,0	64,1	1,8%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	20	20	0,0%

(\*) corresponde ao EBITDA contabilístico deduzido da amortização dos subsídios, do reconhecimento de rendimentos provenientes dos bens reversíveis das concessionárias, de provisões e imparidades.

## **X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

- Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:**

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);

Ver Anexo 1.

- b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação;

Nada a assinalar.

2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Nada a assinalar.

**O Conselho de Administração,**

João Paulo Farinha Franco

Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Vogal

José Pedro da Silva Soares

Vogal

## XI. ANEXOS DO RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário

	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>0</b>	<b>Formal</b>						
1.	Documentos devidamente assinados	x		x		n.a.	
<b>I</b>	<b>Síntese</b>						
1.	Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas do Governo Societário adotadas em 2015	x		x		3	
<b>II</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.		x		x	4	São apresentadas a Missão, a Visão e os Valores nas formulações do novo Plano Estratégico, embora este documento não tenha sido formalmente aprovado até ao final do exercício de 2015. Estas formulações englobam os portos do Algarve, indo, assim, ao encontro da recomendação expressa no Relatório de Análise nº 209/2015, de 21 de setembro, da UTAM.
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		5	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		7	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	x		x		8	
<b>III</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Divulgação da estrutura de capital	x		x		8	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	x		x		9	
3.	Informação sobre acordos parassociais.	x		x		9	
<b>IV</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		9	

	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		10	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		11	
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		11	
<b>V</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		11	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		12	
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	x		x		12	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		12	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		12	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		13	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		13	
6.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa	x		x		18	Para além da apresentação das declarações é referida a lista das respetivas divulgações, indo, assim, ao encontro da recomendação expressa no Relatório de Análise nº 209/2015, de 21 de setembro, da UTAM.
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		19	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		19	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		20	
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>						



	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		21	
2.	Identificação dos membros do órgão de fiscalização	x		x		22	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		22	
4.	Funcionamento do órgão de fiscalização.	x		x		29	
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		30	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		30	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		30	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		31	
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>						
1.	Identificação.	x		x		31	
2.	Política e periodicidade da rotação.	x		x		31	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	x		x		32	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	x		x		32	
<b>VI</b>	<b>Organização Interna</b>						
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		32	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		32	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		32	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		33	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		33	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		34	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		34	

	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		35	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		35	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		36	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		36	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		36	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		39	
3.	Planos de ação para prevenir fraudes internas	X		X		40	
<b>D.</b>	<b>Deveres especiais de informação</b>						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		40	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X		41	
<b>E.</b>	<b>Sítio de Internet</b>						
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	x		x		41	
<b>F.</b>	<b>Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	x		x		42	
2.	Propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista	x		x		43	
<b>VII</b>	<b>Remunerações</b>						
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>						
1.	Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais	x		x		43	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	x		x		43	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		x		44	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						

	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
1.	Composição.	x		x		44	
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		44	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		44	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		46	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		46	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		46	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		46	
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		46	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		47	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		47	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		47	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		47	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		48	
<b>VIII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		49	
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		50	
<b>IX</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		51	
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		51	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
	a) Responsabilidade social	x		x		52	
	b) Responsabilidade ambiental						
	c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e						

	Relatório de Governo Societário 2015	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
	mulheres d) Princípio da igualdade do género e) Valorização do indivíduo f) Responsabilidade económica.						
<b>X</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		56	
2.	Outras informações	x		x		57	
<b>XI</b>	<b>Anexos</b>						
1.	Ata ou extrato de ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015	x		x		65	
2.	Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o número 2 do Artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	x		x		68	
3.	Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	x		x		69	
4.	Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	x		x		73	
5.	Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014 (no caso do documento não se encontrar disponível em SIRIEF)	x		x		n.a.	A Ata da reunião da Assembleia Geral de 15.10.2015 encontra-se disponível em SIRIEF

**Anexo 1:**

**Ata ou extrato de ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015**



**REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 18/CA/16**

**SINES, 12 DE MAIO DE 2016**

**Presidente -Dr. João Paulo Farinha Franco**

**Vogal -Engº. Eduardo Carvalho Ramos Bandeira**

**Vogal -Dr. José Pedro da Silva Soares**



ATA Nº 18/CA/16

Página 1

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal

+351 269 860 600 F +351 269 860 690 geral@apsinesalgarve.pt www.apsinesalgarve.pt

NIPC 501 208 950 Sociedade Anónima Capital Social 80 M€ Matrícula C.R.E. Sines





ATA Nº 18/CA/16

Aos doze dias do mês de maio do ano de 2016, pelas 11:00 horas, reuniu, na sala de reuniões da sede da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, o respetivo Conselho de Administração, com a presença de:

Presidente -Dr. João Paulo Farinha Franco

Vogal -Engº. Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Vogal -Dr. José Pedro da Silva Soares

Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, procedeu-se de imediato à apreciação dos seguintes assuntos:

**02. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2015**

**RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2015**

**PROPOSTA Nº 447-2016 (CA)**

O Conselho de Administração deliberou aprovar o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário relativos ao exercício de 2015.

ATA Nº 18/CA/16

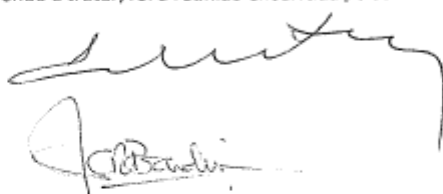
Página 2

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.  
Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal  
+351 269 860 600 F +351 269 860 690 geral@apsinesalgarve.pt www.apsinesalgarve.pt  
MFC 511 269 950 Sociedade Anónima Capital Social 80 ME Matrícula C.R.C. Sines





Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas 13:00 horas.



por Pedro da Silva Soares



ATA Nº 18/CA/16

Página 8

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.  
Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal  
+351 269 860 600 F +351 269 860 690 geral@apsinesalgarve.pt www.apsinesalgarve.pt  
MPC 501 203 950 Sociedade Anónima Capital Social 90 M€ Matrícula C.R.C. Sines





**Anexo 2:**

**Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o número 2 do Artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro**

(Apresentado em conjunto com o Relatório do Conselho Fiscal relativo ao Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2015)

**Anexo 3:**

**Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro**

## **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA**

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **João Paulo Farinha Franco**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2016.03.21

(João Paulo Farinha Franco)

## DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **Eduardo Ramos Carvalho Bandeira**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2016.03.21

(Eduardo Ramos Carvalho Bandeira)

## **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA**

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **José Pedro da Silva Soares**, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou outra legislação aplicável.

Sines, 2016.03.21

(José Pedro da Silva Soares)

**Anexo 4:**

**Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro**

## **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS**

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **João Paulo Farinha Franco**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2016.03.21

(João Paulo Farinha Franco)



## **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS**

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **Eduardo Ramos Carvalho Bandeira**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2016.03.21

(Eduardo Ramos Carvalho Bandeira)

## **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS**

(artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, **José Pedro da Silva Soares**, declaro para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Sines, 2016.03.21

(José Pedro da Silva Soares)